

DE BIBLIOTECAS E BIBLIOTECONOMIAS: percursos

Gilda Maria Whitaker Verri*

RESUMO

Analisa a obra *De Bibliotecas e biblioteconomias: percursos* onde são indicados os lugares, as formas, o sentido dos dados e fatos que, no tempo e no espaço, configuram a memória dos pequenos ou grandes eventos da biblioteconomia no Brasil a partir do século XIX. São textos onde Antônio Agenor Briquet de Lemos destaca as condições históricas e os pressupostos socioculturais que regem a formação e as responsabilidades dos bibliotecários, diante das transformações do mundo eletrônico, que exigem do profissional da área e das instituições atenção para a Ciência da Informação, visando os meios de preservação e divulgação de informações.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Sociedade da informação. Epistemologia da ciência da informação.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.
E-mail: gmverri@yahoo.com.br.

I INTRODUÇÃO

Pensador, participe de eventos sobre a Ciência da Informação, Antônio Agenor Briquet de Lemos traz a lume informação, explicação, compreensão, testemunho, experiência e memória dos caminhos de bibliotecas e biblioteconomias. Em textos apresentados para diferentes plateias, a obra *De bibliotecas e biblioteconomias: percursos* (2015) indica os lugares, as formas, o sentido dos dados e fatos que, no tempo e no espaço, configuram a memória dos pequenos ou grandes momentos da biblioteconomia no Brasil a partir do século XIX. Os argumentos registrados entre 1968 e 2014 representam e instauram provas documentais para a história da formação cultural brasileira, como lastros para a construção do lugar social ocupado pelos espaços destinados à reunião, preservação, circulação e multiplicação de informações e saberes.

Ao abordar, em ordem cronológica, as problemáticas do passado, o autor destaca as situações e os pressupostos que regem a formação e as responsabilidades dos sujeitos, dos

valores atribuídos aos lugares de uso coletivo destinados a uma instituição de longa existência, chamada biblioteca. A análise dos trajetos das bibliotecas demonstra a presença ou a ausência de dificuldades advindas das forças econômicas, do poder dos interesses políticos e ideológicos às vezes esquecidos ou pouco lembrados. As ações do passado se fazem presentes ao revisar as propostas, os objetivos, o desenvolvimento de projetos, as disponibilidades de recursos humanos e financeiros e o alcance de medidas destinadas ao funcionamento dessas instituições no país ao longo dos anos. Os textos sugerem e ampliam conceitos, temáticas e atividades condizentes com a percepção e o sentido dado às novas características tecnocientíficas que possibilitam a representação, a transferência e o uso da informação instantânea. No campo bibliográfico, o conjunto da obra desvenda e projeta os caminhos dos livros, das bibliotecas e de seus guardiões, quando os elementos e as transformações do mundo eletrônico exigem do profissional da área mais atenção, proximidade dos meios de preservação e divulgação de informações. Assim, parafraseando Umberto Eco

(2014), as lições apresentadas sugerem que fundir velhas e novas lembranças torna possível reter experiências, filtrar umas, descartar algumas, conservar outras, dando relevo e significado à memória e à história dos percursos: *De bibliotecas e biblioteconomias*.

2 PERCURSOS DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

2.1 Divulgação da informação

O primeiro dos 28 capítulos começa com um atual e instigante título: *Presente e futuro do periódico científico* (LEMOS, 2015, p.1) publicado no *Caderno Cultural* do Correio Brasiliense, em 1968, em seção sugerida por Edson Nery da Fonseca, à época coordenador do Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília e bibliotecário da Câmara dos Deputados. A matéria, tratando de informação sobre periódicos de circulação restrita, é apresentada ao grande público leitor, em encarte de um semanário de grande tiragem, de um veículo cotidiano de notícias. O texto, em seis páginas e meia, chama a atenção para o surgimento e a evolução de periódicos especializados. Ao surpreender os brasilienses, muitos ainda recém-chegados a nova capital, a publicação deve ter repercutido nos meios acadêmicos: a universidade vai ao habitante de uma cidade projetada, urbanizada, onde grande parte dos indivíduos exerce atividades inerentes à centralização e emanação do poder político-administrativo do país. Assim, informações pouco comuns demonstram os estudos realizados a partir dos acervos de uma das maiores bibliotecas universitárias do país.

2.2 Formação de pessoal

Posto à mesa para debate com participantes do Simpósio sobre Informação Científica, na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1970, um tema irá repercutir em ocasiões várias: *Adaptação dos profissionais da informação científica à realidade brasileira* (LEMOS, 2015, p. 8). O autor indaga sobre a necessidade ou não de formação acadêmica para o técnico

em informação, documentalista ou bibliotecário, considerando, além das atividades específicas da biblioteconomia para avaliar, reunir e processar informações, o desempenho e a competência do profissional para atender as demandas de tecnólogos e cientistas. Naquele momento político conturbado, a criação de novos cursos e reforços aos existentes no plano nacional deixam os alunos do Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília insatisfeitos com as aulas de graduação, e apontam para a necessidade de redefinir objetivos e métodos voltados para a formação ou capacitação de pessoal. Ao mesmo tempo, dois acontecimentos marcantes vão redirecionar a difusão do conhecimento: o começo das transmissões de TV via satélite e a abertura do Mestrado em Ciência da Informação, no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD, no Rio de Janeiro.

A formação de pessoal é assunto recorrente. Em março do ano seguinte, o professor Briquet de Lemos volta às páginas do *Caderno Cultural*, do Correio Brasiliense, com o título *Vacilações e tendências do ensino da biblioteconomia* (LEMOS, 2015, p. 14). A dúvida se instala: como direcionar o ensino, as disciplinas e quais os objetivos do exercício de profissionais generalistas ou especialistas? Como eles devem atuar diante de públicos diversos? A inquietação é justificada e repercute com força nos dias atuais: qual o alcance da biblioteconomia se existem, além dos impressos, incontáveis objetos digitais, de comunicação instantânea, capazes de promover em frações de segundos uma avalanche de dados virtuais? As respostas são difíceis e incompletas. Daí as inúmeras e frequentes questões postas em discussão, tendo como resultado, quase sempre, mudanças de disciplinas ou de conteúdos programáticos, quando, na verdade, as circunstâncias exigem dos cursos universitários análises mais profundas.

Aqui, vale interrogar: as questões do passado interferem ou propiciam mudanças nos atuais modos de atuação dessas instituições destinadas à preservação e difusão da informação? Dada a extensão e as diferenças territoriais brasileiras, o quadro da cultura letrada ainda demonstra e reflete a marcante disparidade política e socioeconômica e deixa a descoberto a ausência de livros, de leituras, desde o período colonial. Em consequência, a rara demanda da

população para a construção de espaços do saber enfraquece as forças que defendem a implantação e o funcionamento desses serviços públicos, que visam a reunião e a transmissão de informações em todas as áreas do conhecimento. Disso resulta a tardia e lenta organização de acervos bibliográficos no Brasil, tendo a formação técnica e cultural de bibliotecários se iniciado somente na primeira metade do século XX.

A partir dessa moldura, procura-se entender os resultados da atuação e do esforço de alguns indivíduos para impulsionar as vias e as primeiras práticas no campo bibliográfico brasileiro. Os caminhos indicam ter sido a busca dos fundamentos de cursos de capacitação os objetivos a alcançar, como visto no Rio de Janeiro, em 1911, nos cursos de biblioteconomia na Biblioteca Nacional; em seguida, no Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, em 1940; em São Paulo, em 1920, no Instituto Mackenzie e, na Prefeitura, em 1929; no Recife, em 1950, na Prefeitura Municipal. Os cursos dão início, nos três Estados, à modernização dos serviços de administração de acervos para: Biblioteca Nacional, ministérios e autarquias; Biblioteca Municipal de São Paulo; Populares no Recife (VERRI, 2010).

Desse tempo, as medidas político-culturais estão delineadas e registradas pelas tintas das canetas e das fitas das máquinas de escrever Remington e Olivetti, firmadas em papéis amarelados, contendo os registros de planos, programas, projetos e relatórios de atividades realizados por alguns nomes que projetaram a história nacional da biblioteconomia: Antônio Caetano Dias, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes, Mário de Andrade, Laura Garcia Moreno Russo, Maria Luísa Monteiro da Cunha, Augusto Meyer, Adelpha Silva Figueiredo, Lydia de Queiroz Sambaquy, Janice Monte-Mór, Leda Laboriau, Etelvina Lima, Myriam Gusmão de Martins, Zila Mamede, Cordélia Robalinho Cavalcanti, Cléa Dubeux Pimentel, Milton Melo, Jorge Abrantes, José César Regueira Costa, Edson Nery da Fonseca.

A origem verticalizada do ensino de biblioteconomia no Brasil está baseada em preceitos vindos dos americanos e da escola francesa, para atender a determinados tipos de público, com normas definidas de trabalho. A experiência firma-se e desdobra-se ao surgir os cursos universitários, como demonstra o autor

em panorama retrospectivo. Por muitos anos, a reprodução e a absorção das técnicas adotadas nos primeiros treinamentos são modelos para o comportamento de bibliotecários frente às bibliotecas públicas ou especializadas. As transformações começam com a especialização em ciência da informação, salto dado pelo IBBD. Contudo, são lentas as alterações nas grades curriculares ou nas metodologias ministradas nas graduações, nas universidades. Por extensão, as mudanças comportamentais dos bibliotecários e o funcionamento das bibliotecas são pouco visíveis. As pesquisas sobre a qualidade do exercício profissional nem sempre avaliam, com critérios claros, os resultados e as repercussões expressos entre a oferta e a procura de informações disponíveis em bibliotecas. Por diversas razões, esses resultados não têm sido devidamente estudados por pesquisadores dos programas de pós-graduação.

A trajetória dos cursos e o pouco grau de autonomia das bibliotecas são elementos para o professor Briquet de Lemos aquilatar a formação do profissional. Isso deixa uma indagação no ar: "Se o ensino de biblioteconomia é, de fato, ruim, quais são as causas disso?" (LEMOS, 2015, p. 22). A análise sobre o *Estado atual do ensino da biblioteconomia* apresentado no Seminário Latino-Americano sobre Formação de Cientistas da Informação é uma boa oportunidade, em 1972, (LEMOS, 2015, p. 23) para revisar o elenco de disciplinas adotadas nos cursos superiores. Ressalta-se que à época, ao lado dos estudos em documentação, tomam corpo as discussões sobre organização e classificação dos acervos de todas as formas de registros da produção intelectual. O livro *Documentação*, de S. C. Bradford (1961), com prefácio de Edson Nery da Fonseca, é discutido amplamente, juntamente com o uso da Classificação Decimal Universal - CDU, em substituição à Classificação Decimal de Dewey - CDD, como preceitos de organização do conhecimento.

No quadro das disciplinas elencadas no referido artigo, parece que nos cursos não se apresenta ou sequer se discute, como matéria para estudo, "o livro como conflito", preconizado por Ortega Y Gasset (1967), leitura sempre recomendada por Edson Nery da Fonseca. Percebe-se, alerta o ensaísta espanhol que, "na dimensão do seu ofício imagino o futuro bibliotecário como um filtro que se interpõe entre

a torrente de livros e o homem” (ORTEGA Y GASSET, 1967, p. 91).

Respeitado por dois pensadores da biblioteconomia, Edson Nery da Fonseca e Antônio Agenor Briquet de Lemos, é sem dúvida dom José Ortega y Gasset, Ministro da Instrução da Espanha em 1935 que, no cargo, discursa no Congresso Internacional de Bibliotecas e Bibliografia. Um feito, onde propõe ampliar as diretrizes para os bibliotecários. Assim, em *Circunstância e recepção de missão do bibliotecário* (LEMOS, 2015, p. 330), o ensaísta demonstra como o discurso repercutiu no exterior, particularmente nos Estados Unidos. São várias as interpretações das palavras e ideias de Ortega y Gasset sobre o papel controlador dos bibliotecários diante da quantidade e da qualidade da produção de livros. O entendimento sobre a função do bibliotecário, como tendo capacidade de apresentar “[...] um estímulo para pensar, assimilar, fazer com que o conteúdo do livro seja verdadeiramente apropriado pelo usuário” (LEMOS, 2015, p. 331) leva o autor a analisar termos em uso no texto, que se aproximam dos que hoje são utilizados: automação em bibliotecas; estatística das ideias, estas, usadas para índices de citações. Questões também exploradas por Rafael Capurro (2002).

Seria oportuno que os cursos aprofundassem os estudos sobre bibliografia e propiciassem a “sociologia dos textos” (McKenzie, 1999, p. 15) em análises sobre a disseminação da informação. Diferentes entre si, esses estudos podem demonstrar como as formas escritas e os processos de transmissão, incluindo a produção e recepção do texto, traduzem a estrutura e refletem o desenvolvimento da sociedade.

O retrato histórico analisado por Briquet (2015) o leva a argumentar e defender a reformulação do currículo, incorporando os ajustes que lhe forem pertinentes e a valorização da biblioteconomia sob o rótulo de ciência da informação. A preocupação com a ação dos graduados no mercado de trabalho repercute no artigo *Necessidades educacionais da administração de bibliotecas* coenviado para o *Studies in Library Management*, em 1977, (LEMOS, 2015, p. 125). O texto mostra a difícil missão do bibliotecário envolvido por múltiplos problemas administrativos, financeiros, técnicos, humanos, políticos.

Para minorar e direcionar as questões, a solução viável são as especializações ou os cursos

de pós-graduação, como mestrado e doutorado profissionais. Entretanto, nos dias atuais, outra questão faz o bibliotecário ampliar seu campo de ação: a competição com os meios eletrônicos. Ou seja, a concorrência com a virtualidade da informação. Mais: ter que apagar a velha matriz onde permissão se opõe à interdição, revelação à ocultação, livre acesso em oposição às estantes fechadas. Ainda, projetar e valorizar a imagem da biblioteca como um espaço de reunião e difusão da memória da produção intelectual, sempre lembrando das propostas de Calvino (1990): trabalhar com a força da informação instantânea, leve, rápida, visível, múltipla.

Em palestra proferida no Congresso Regional de Documentação da FIC/CLA, em 1980, com o título *A formação de recursos humanos* (LEMOS, 2015, p. 191), o autor amplia os esclarecimentos sobre a atuação do profissional, demonstrando estudos sobre hábitos de utilização e necessidade de informação em algumas comunidades de usuários. Anos depois, no Dia do Bibliotecário, no Conselho Regional de Brasília, em 2013, o debate sobre a formação do profissional é retomado ao ser considerada a posição do indivíduo em contato com a realidade, que deve levá-lo, no exercício diário, à tomada de consciência, por ações executadas que repercutem em benefício da coletividade. A discussão poderia ser objeto de estudo nos programas de pós-graduação, o que parece de pouco interesse. Mas o autor insiste em reforçar a necessidade de mudanças, (ou seria a criação?) de uma consciência profissional, que se imponha como uso social. Melhor seria que os estudos por “[...] reinserir na história o saber e a prática bibliotecária talvez contribuíssem para nos darmos conta de que nosso mister, nosso fazer e nosso pensar também não escapam à coerção da história e dos hábitos sociais” (LEMOS, 2015, p. 347-8).

O sentido crítico da prática profissional no Brasil, como em outros países, avalia Briquet de Lemos, mostra que, por vezes, a produção acadêmica está dissociada das necessidades demonstradas pelo cotidiano das bibliotecas. Nos cursos de pós-graduação, nem sempre os textos produzidos revelam as demandas ou conflitos da sociedade. Embora as áreas de concentração e as linhas de pesquisa tragam, quase sempre, como palavras-chave, a nomenclatura: informação, tecnologia, sociedade, gestão, memória. Todavia,

é de se esperar que a fuga para temas e autores que se aproximam da biblioteconomia possam incentivar e façam dos bibliotecários mediadores mais atuantes nas relações que se estabelecem entre a biblioteca e a sociedade.

Em busca dos temas perdidos (LEMOS, 2015, p. 355), apresentado pelo pensador, professor, pesquisador e editor Briquet de Lemos, no Fórum Formação do Profissional da Informação, em 2014, é transmitido ao leitor a senha para retornar às páginas iniciais e refletir sobre algo muito caro aos professores: a formação do aluno. Definido pela linha do tempo, o tema vai se sobressaindo ao longo dos textos, em um encontro além do contexto da época, tendo o ensino como uma questão a problematizar. O leitor é levado a rever e captar os argumentos usados para unir a biblioteca àqueles que a preservam e aos que a utilizam. Os textos e as referências evidenciam os lugares ocupados pelos bibliotecários e bibliotecas na sociedade. As relações sociais e históricas fundamentam, encadeiam-se, demonstrando onde e como identificar, alinhar, analisar, referenciar os termos e os modos da biblioteconomia. Os indicadores sobre o uso das bibliotecas adquirem sentido, tanto para a biblioteca quanto para a formação do profissional bibliotecário, que atua em uma instituição que tem por objetivo principal: assegurar os meios para preservar e orientar ou responder questões do saber social, em tempos modernos.

Para aprofundar a referência, o autor sugere alguns estudos: “em primeiro lugar uma ampla pesquisa e discussão sobre em que deve consistir o ensino profissional de biblioteconomia e que aponte os caminhos a seguir num mundo em constante mudança” (LEMOS, 2015, p. 347). Invoca-se, para isso, trilhar o caminho histórico, que possibilita avaliar os rumos, ressaltar os resultados positivos e negativos das bibliotecas públicas e especializadas, ainda, vislumbrar outros modelos de cursos, treinamentos e ações para o futuro. Daí pode-se sugerir: instalar ou dinamizar bibliotecas em zonas desprovidas de experiências de leitura, disponibilizando profissionais capazes de analisar o cotidiano, a realidade, como um meio de abrir frentes de leitura e debate; validar e conferir a utilidade prática e a confiabilidade do conhecimento científico e tecnológico. Há também estudos a fazer sobre a “[...] biblioteconomia patrimonial, para organizar e preservar a riqueza de nosso

patrimônio bibliográfico” (LEMOS, 2015, p. 367). Isto significa ir ao encontro da proteção e valorização do patrimônio histórico-cultural, da memória e da identidade nacional, e de estudos sobre o depósito legal. A finalidade e a utilização dessa instituição, lembra Cabral (2009, p. 7), vai além de refletir sobre “a atividade bibliográfica e/ou intelectual da região, ou do país, que tende a acumular-se”, porquanto, a biblioteca patrimonial “desenvolve programas de preservação e conservação da produção bibliográfica” (CABRAL, 2009, p. 27), não apenas nacional, mas internacional.

O ensino da biblioteconomia tem a ver com a informação, instigada pela escrita, pela imagem, pela luz ou pelo som, reproduzida em forma impressa ou virtual (*ebook*, ou *cederrom*), contida no objeto livro ou em outro meio digital, conforme assinalado em *O livro no futuro e as perspectivas da tecnologia gráfica* (LEMOS, 2015, p. 31). Essas questões revelam que a demarcação por formato desaparece quando se entende a pergunta feita em 1344, do reverendo Bury (2004, p. 28), “quem poderia apreciar com mais justiça o valor do tesouro infinito dos livros, graças ao qual os sábios ampliam o domínio da Antiguidade e dos tempos modernos?” Ora, supõe-se sejam pessoas para as quais “a verdade que brilha nos livros é apreendida facilmente pelos sentidos; se manifesta pela vista quando se lê, pelo ouvido quanto se ouve alguém que está lendo e, de certo modo, também pelo tato, quando essa verdade é transcrita, revisada e conservada” (BURY, 2004, p. 29). Assim, conforme a previsão do reverendo de Bury, as transformações que estão por vir dão a perceber que a leitura ou a audição de textos surgem nos espaços de preservação e circulação dos registros da memória, ou seja: na biblioteca que, “repleta de sabedoria é mais preciosa que todas as riquezas” (BURY, 2004, p. 37) porque ali se encontram todos os tipos de livros, de registros. Ou de informações.

2.3 Bibliotecas públicas

Em encontro de profissionais, em 1978, em São Paulo, com o título: *Não leio, não imagino, trabalho muito* (LEMOS, 2015, p. 138) é analisada a história das bibliotecas públicas, espaços onde se pretende: elevar a cultura, prestar informação e cultivar o lazer. É no Império que, apresentada

de forma pouco clara, por dom Pedro, a proposta de criação de uma biblioteca pública diz tratar-se de “uma instituição educativa, destinada a exercer grande influência na cultura intelectual das massas”, e disponibilizar “grande coleção de livros dos de melhor escolha” (LEMOS, 2015, p. 239) para a cidade do Rio de Janeiro. Lançado os alicerces da leitura pública, a ideia é projetada para alguns Estados, lentamente. Daí, surgem recomendações para, em locais próprios, serem formados acervos compostos de obras de valor histórico, oriundos de doações, ou de livros recebidos por força de lei do controle bibliográfico. De modo geral, essas coleções, formadas de livros destinados à consulta e aos diversos usos, compõem enormes estantes sem atrativos, onde obras fechadas, perfiladas em prateleiras, não despertam a curiosidade dos leitores. Nessas bibliotecas, poucos pesquisadores compulsam as obras ou ocupam mesas e cadeiras, portanto, ficam a descoberto os muitos espaços vazios nas salas de leitura. — Os usuários desses locais vão se diferenciar somente na segunda metade do século XX, quando os lugares passam a ser usados por alunos do primeiro e segundo graus.

Para o autor, ainda em 1978, em Conferência na Semana de Estudos Bibliotecários, na Paraíba, as questões sobre *A biblioteca pública em face da demanda social brasileira* (LEMOS, 2015, p. 171) são objeto de análise mais detalhada por causa de reivindicações da população. Os dados estatísticos demonstram o profundo déficit de locais para leitura, assim como de uma produção editorial destinada apenas à venda no varejo sem o compartilhamento de bibliotecas. Registre-se que, na segunda metade do século XX, por alguns períodos, os governos estaduais fazem grandes compras de material didático, incluindo os livros chamados paradidáticos. Nos lotes adquiridos, às vezes constam obras de literatura para professores, embora nem sempre lidas ou sequer distribuídas. — Mais recentemente, as secretarias estaduais de educação, e algumas municipais, distribuem *tablets* aos professores e alunos. A avaliação sobre o uso desses equipamentos não está amplamente divulgada, talvez porque são os *smartphones* os objetos da vez.

O artigo em *Palavra-chave*, em 1982, *Para onde vão as bibliotecas públicas?* (LEMOS, 2015, p. 222) retoma a trajetória dessas instituições baseadas em modelos europeus, justificadas

por permitir o acesso à leitura mais acurada, e propiciar a elevação do nível cultural e educacional da população. A imprecisão do objetivo faz o autor constatar: “É interessante observar que até agora não conseguimos localizar, em documentos legais, um enunciado claro sobre os objetivos das bibliotecas públicas, que indicasse quais as competências que o Estado atribui a essas instituições” (LEMOS, 2015, p. 222). A ambiguidade ou a dificuldade em precisar as atribuições, as competências e o alcance social das bibliotecas públicas, não atingem as atividades técnicas, referentes à organização e à classificação de documentos. No Estado Novo, a criação do Instituto Nacional do Livro – INL, em 1937, tem como um dos objetivos “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional” (LEMOS, 2015, p. 223). No mesmo ano, sem explicitar quais caminhos usar, a lei que institui o Serviço Nacional de Teatro – SNT – tem algo em comum com as bibliotecas. O teatro é “considerado como uma das expressões da cultura nacional, e a sua finalidade é, essencialmente, a elevação e a edificação espiritual do povo” (LEMOS, 2015, p. 223). Para isso, é instituída uma Comissão do Teatro Nacional da qual participam Oduvaldo Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Francisco Mignone, Olavo de Barros, Benjamin Lima. Nos dois casos, as ações são destinadas a elevar a cultura das massas, como pretendia dom Pedro, sugerindo talvez superar o longo período de obscurantismo vivido no Reino e no ultramar. Porém, as ações para o teatro são direcionadas pelo próprio ministro da Educação, Gustavo Capanema (1937), junto à Comissão encarregada de tomar decisões, tanto materiais, quanto artísticas, para assegurar os aspectos relevantes da identidade nacional e da valorização da cultura erudita.

Razão de ser do acúmulo de informações a preservar e divulgar, desde as tábuas de argila, a biblioteca é capítulo do livro: *Formas e expressões do conhecimento*; introdução às fontes de informação, publicado em 1998. Em *De bibliotecas* (LEMOS, 2015, p. 285), o autor explica com precisão os conceitos e os meios que constroem a biblioteca ao longo da história. Por isso, talvez se possa entender que o século XIX é o das bibliotecas instituídas no Brasil por mecenas, destinadas ao entretenimento e à elevação cultural da população. Todavia, é nas

primeiras décadas do XX, que o Rio de Janeiro vê surgir um conjunto arquitetônico a demonstrar os valores político-administrativos e culturais do País. No centro da cidade, em uma área em torno de uma praça, de um lado, a imponente Biblioteca Nacional, do outro, o majestoso Theatro Municipal, ao redor, mais edifícios suntuosos compõem o espaço: o Museu Nacional de Belas Artes, a antiga Câmara dos Deputados, hoje, Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Mais adiante: esteve o edifício do Senado Federal, demolido após a inauguração de Brasília. — É de lamentar a destruição deste prédio, antigo componente desse complexo político-administrativo e cultural notabilizado também por cinemas, teatros e bares. — As edificações destinadas às bibliotecas públicas só voltam a ter um novo período de crescimento na segunda metade do XX, em muitas cidades brasileiras e no estrangeiro, seguindo o modelo americano de centralização da informação fixada em vários suportes.

2.4 Transferência da informação

Na linha do tempo, no texto de 1974, apresentado no ciclo de Estudos sobre Filosofia e Tecnologia, o autor discorre sobre *Sistemas de informação: visão e revisão* (LEMOS, 2015, p. 41). Eis dois termos que, juntos ou separados: sistema e informação, têm conceitos diferenciados, conforme as áreas em que atuam. Para a compreensão dos termos, do ponto de vista da ciência da informação, o autor faz revisão de literatura, enfatizando o objetivo maior: informação para alcançar e suprir as necessidades de leitores e pesquisadores por meio de sistemas. Uma das vias, para alcançar este objetivo, lembra, é o uso correto das linguagens de indexação ou documentária, hoje, um dos instrumentos de construção nas dissertações e teses apresentadas aos programas de pós-graduação.

No Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação, em 1980, o conferencista aborda o tema proposto: a *Transferência de informação*. Considerando a informação “um dos instrumentos que podem acionar as mudanças sociais, econômicas e políticas” há que se questionar, então, “como a informação tem servido para perpetuar os mecanismos de dependência e de desagregação

social e cultural dos países subdesenvolvidos” (LEMOS, 2015, p. 197). A análise do problema perpassa pelo modo de desvendar os interesses econômicos e políticos, claros ou ocultos, que estão entre as grandes potências e os países emergentes ou subdesenvolvidos. Os avanços ou recuos da ciência e da tecnologia são medidos pela difusão, transferência ou ocultação de informação entre países, grupos econômicos, pesquisadores de áreas diversas, como saúde, química, tecnologia, informática, comércio e indústria de modo geral, incluindo a bélica.

A transferência de informação pressupõe comunicação por meio de um veículo transmissor, no caso, os periódicos. Em *Infraestrutura da literatura biomédica* (LEMOS, 2015, p. 206) fica demonstrada a necessidade de informação médica, destinada ao desenvolvimento das atividades da BIREME, em 1979. A análise da literatura pertinente demonstra que os periódicos de saúde editados no Brasil são indicados para o *Index Medicus Latino-Americano*. A divulgação dos trabalhos médicos inicia-se em 1827, com a revista o *Propagador das Ciências Medicas* ou *Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmacia*. O crescimento do número de revistas dedicadas ao assunto, demonstrando o período de vigência dos títulos, faz parte do estudo. A propósito, atualmente, os periódicos *online* permitem o acesso mediante inscrição nos sítios das instituições que os abrigam. Em decorrência da quantidade de artigos e de autores divulgados, firmam-se os estudos métricos, chamados de bibliometria, cientometria, infometria, analisados em trabalhos de conclusão nos programas de pós-graduação.

Um importante estudo sobre periódicos institucionais em 1991, lido por ocasião do Seminário sobre Editoração Científica (LEMOS, 2015, p. 268) sob o título *Análise crítica de uma revista institucional*, chama a atenção para os objetivos das revistas médicas, em especial a que leva o nome de *Memórias*, destinada a divulgar os resultados de pesquisas do Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, criado por decreto, em 1907, por influência de Oswaldo Cruz. A revista tem uma característica específica: “registro permanente do que se pesquisava no Instituto, até a década de 1960, a revista publicava textos que não seriam aceitos em revistas dedicadas a artigos nas dimensões habituais” (LEMOS, 2015, p. 270). Importante

dizer que a memória das pesquisas originais firma a história da instituição, sendo o próprio cientista a se encarregar da divulgação, por meio de todo o processo gráfico, que vai da escolha das máquinas à divulgação do texto bilíngue.

Em reunião Internacional de Especialistas em Informação Científica Digital, em 2002, a apresentação do *Estado da arte da informação digital em ciências sociais* (LEMOS, 2015, p. 251) traz informações históricas sobre os estudos sociais iniciados no século XIX, com o apoio de dom Pedro II. Nos anos subsequentes, os textos fundadores, as atividades das editoras, mais os cursos implantados, fazem aumentar a quantidade de livros e periódicos produzidos sobre a área. Decorrente dessa produção bibliográfica, o IBBD, no exercício de suas funções, organiza e publica vários números da *Bibliografia brasileira de ciências sociais*. Os esforços das instituições governamentais que trabalham com dados estatísticos em séries, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, também contribuem para o acúmulo de dados. Para manter e atualizar as informações e servir aos pesquisadores, as bibliotecas universitárias passam a ser depositárias das coleções de livros e periódicos da área. Mas, gradativamente, as universidades perdem o poder de compra do material bibliográfico, o que afasta o pesquisador, deixando cair o número de consultas, enfraquecendo os argumentos em favor da continuação das assinaturas. É de assinalar também os raros trabalhos de bibliotecários sobre o índice de consulta aos periódicos, em especial os de línguas estrangeiras. — Atualmente, títulos e artigos isolados podem ser localizados *online*, para consulta, muitas vezes, sem necessidade de inscrição em repositórios.

2.5 Meios eletrônicos de difusão e controle da informação

Há curiosidade sobre o início dos *Periódicos eletrônicos: problema ou solução?* A primeira questão feita durante o Encontro Nacional de Editores Científicos (LEMOS, 2015, p. 307), em 2005, começa quando o autor lembra a circulação dos primeiros CDROMs com o Neo-Interativa. Segue-se, o *Postmodern culture*, considerado “o primeiro periódico eletrônico avaliado pelos pares [...], o de mais longa sobrevivência, o primeiro

editado por uma editora universitária, o primeiro periódico acadêmico a incluir multimídia em rede e o primeiro a ser distribuído gratuitamente” (LEMOS, 2015, p. 303). O estudo analisa em profundidade o desenvolvimento desse veículo, bem como o papel da internet, que vem alterar as edições e o comportamento dos leitores, deles exigindo além do domínio das ferramentas, para uso em qualquer lugar, a competência para manter-se atualizado, por força do crescimento dos títulos. Assim, as buscas aos artigos e livros são facilitados pelo Portal de Periódicos da Capes/MEC, endereço com acesso via o motor de busca Google.

Na conferência do *International and Comparative Librarianship Group, da Library Association*, do Reino Unido, ao falar sobre *Programas internacionais: seu impacto e sua implantação em países em desenvolvimento*, em 1977 (LEMOS, 2015, p. 152), o conferencista tem por objetivo analisar como os programas de instituições internacionais interferem, auxiliam, promovem ou podem prejudicar as bibliotecas e os serviços de informação científica. A discussão gira em torno de projetos como o UNISIST, Controle Bibliográfico Universal -UBC, e NATIS, pensados para os países desenvolvidos. A implantação desses projetos em países com poucos recursos e dificuldades de toda ordem é vista como empecilho ao andamento das atividades biblioteconômicas instauradas. Briquet de Lemos é enfático ao recomendar que para adoção de planos, programas ou projetos, em todos os casos, sempre “levar em consideração as peculiaridades nacionais de uma ampla variedade de países, bem como deverão ser ouvidos representantes nacionais que possuam a devida competência” (LEMOS, 2015, 156).

Em algumas situações, porém, as vantagens em aceitar recomendações trazem ações preventivas e redução de problemas no âmbito da produção bibliográfica e tecnológica. Por exemplo, as recomendações da *International Organization for Standardization - ISO*, no Brasil, firmam-se pela via da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, com recomendações de padrões técnicos para a documentação, engenharia e outras áreas. Ainda, o *International Standard Serial Number*, sigla em inglês para Número internacional padronizado para publicações seriadas - ISSN; e o *International Standard Book Number*, ou Número internacional

padronizado do livro – ISBN, são códigos aceitos internacionalmente para individualizar o título de publicações.

A padronização ou normalização técnica dos serviços da biblioteca brasileira é tema da exposição: *Sobre a viabilidade de centrais de processamento técnico no Brasil* (LEMOS, 2015, p. 164), na *IFLA/UNESCO Pre-Session on Resource Sharing of Libraries in Developing Countries*, em 1977. A preocupação em reduzir horas de trabalho e custos leva os órgãos internacionais, professores e responsáveis por bibliotecas universitárias à defesa da aplicação de normas técnicas para a centralização de serviços. Para isso, alega-se, as bibliografias compiladas a partir de uma base de dados única são os melhores exemplos. Anos depois da organização do catálogo coletivo implantado pelo IBBD, a nova experiência surge com a implantação do CALCO, sistema adotado pela Biblioteca Nacional, alimentado pelas fontes de produção bibliográfica, com capacidade para montar uma base de dados, compilar bibliografias, listar editores, elaborar estatísticas de produção anual e fichas catalográficas. Os resultados, no entanto, a depender dos intercâmbios de informação bibliográfica, demonstram tratar-se de processos onerosos, com poucos benefícios tanto para profissionais da área quanto para pesquisadores.

2.6 Informação e censura

No Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em 1979, a pergunta: *Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras?* (LEMOS, 2015, p. 181) trata do direito à informação em oposição à censura. A palavra censura, dicionarizada por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 76), diz tratar-se do “controle exercido sobre a informação e os livros, com a finalidade de decidir sobre a oportunidade, ou inoportunidade de sua disseminação”. O controle da impressão e da leitura faz parte do regime político-religioso e comercial da história do livro no Brasil. Desde o período colonial, primeiro com a Inquisição, depois com a Real Mesa Censória, a censura alonga-se “[...] nos estatutos da Real Biblioteca do Rio de Janeiro, atual Biblioteca Nacional [...] os interessados, os consulentes daquela biblioteca, somente teriam acesso aos livros que estivessem ‘conforme as leis tanto

civis como eclesiásticas sobre a leitura de livros” (LEMOS, 2015, p. 187). A censura política visível vigorará no Estado Novo, ou era Vargas (1937-1945), e na ditadura militar (1964-1985). Assim, o acesso aos impressos sobre determinados assuntos no período fica subordinado: ao cerceamento das atividades de dirigentes, ou de bibliotecários; à precariedade dos meios de distribuição; à escassez de papel para imprimir; ou ainda, à falta de verbas para aquisição de material bibliográfico. Essas questões, que impõem limites à circulação e repercutem no controle de edições ou na divulgação de informações, às vezes passam despercebidas dos bibliotecários, como lembra o conferencista.

Em *O livre acesso à informação: uma nova utopia?* (LEMOS, 2015, p. 323) título de conferência proferida no Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, em 2006, o professor Briquet defende e alerta sobre a “criação de repositórios institucionais, arquivos abertos e bibliotecas eletrônicas agregadoras de conteúdos de periódicos eletrônicos. A proposta é auspiciosa e deve ser estimulada de todas as formas. No entanto, convém lembrar que nossa produção científica talvez não corresponda a 3% da produção científica mundial” (LEMOS, 2015, p. 324-5). Ainda, que o acesso crescente à informação seja resultante de pesquisas nas universidades, de congressos e encontros específicos, bem como da disponibilização infinita de dados na rede mundial de computadores, “agregando valor ao produto original” (LEMOS, 2015, p. 321). — As universidades atualmente contam com repositórios, resultantes de projetos executados por professores de ciência da informação.

2.7 Informação científica e tecnológica

Em outro momento, na Biblioteca Nacional de Lisboa, em 1986, Briquet de Lemos, na época diretor do IBICT, apresenta um quadro histórico sobre *Planejamento e coordenação da informação científica e tecnológica no Brasil* (LEMOS, 2015, p. 227). A exposição ressalta a criação, em 1954, do IBBD, com as finalidades de: a) promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação; b) estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e

internacional; c) incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do país, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores. Convém registrar, porém, que, nos anos subsequentes, a política econômica direcionada para o desenvolvimento industrial e tecnológico transformam o IBBD, em 1976, no atual IBICT.

Aqui, essas informações pedem um parêntese por trazerem à lembrança que, em 1954, realiza-se o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, evento promovido pelo Departamento de Documentação e Cultura - DDC, da Prefeitura Municipal do Recife (FONSECA, 2009), órgão responsável pela criação de bibliotecas populares, em bairros densamente povoados. Assim, espaços são destinados à disseminação do conhecimento e da literatura universal para promover a elevação do nível cultural da população. Nota-se que, em um país de pouca tradição bibliográfica, no mesmo ano, em âmbito nacional e local, as vertentes de circulação da informação se bifurcam: documentação e informação especializada para cientistas e tecnólogos, de um lado; do outro, informação geral e literatura para elevar o nível cultural da população. Dez anos após, em 1964, as circunstâncias alteram as atividades dessas instituições: o IBBD é reconhecido pela comunidade científica e tecnológica pelos serviços proporcionados. O mesmo não pode ser dito das bibliotecas populares que, abandonadas à própria sorte, passam a definhar sem livros atualizados, sem profissionais abalizados.

A *Política de informação em ciência e tecnologia* (LEMOS, 2015, p. 242) volta a ser tema de conferência em 1987, no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. O autor relata os debates e embates com autoridades quando tentam harmonizar conceitos e práticas exigidas pela transferência da informação, direcionadas para a ciência ou a tecnologia. Isto devido aos estudos feitos por assessores estrangeiros sobre como trabalhar em rede, ou quando apresentam “proposições e prescrições oferecidas por organismos/consultorias estrangeiros aos países em desenvolvimento em geral” [e que] deveriam ser substituídas pelos “produtos da reflexão de especialistas brasileiros, a partir das evidências reunidas e dos objetivos de autonomia da ciência e tecnologia nacionais” (LEMOS, 2015, p. 247).

O assessoramento técnico ou mesmo a leitura feita por bibliotecários estrangeiros sobre a implantação ou execução de planos, programas e projetos em biblioteconomia nem sempre correspondem às reais condições projetadas ou às imagens retratadas. O estudo cuidadoso da questão em *A biblioteconomia nos países em desenvolvimento* (LEMOS, 2015, p. 52) demonstra como o olhar estrangeiro às vezes apressado ou difuso, partindo de circunstâncias estruturais fortemente diferenciadas, nem sempre traduz ou representa a situação vivida localmente. Dadas as diferenças estruturais e as distinções culturais, os modelos, apesar das semelhanças dos objetivos que instauram as bibliotecas, dificilmente podem ser transplantados com resultados similares.

2.8 Bibliofilia

A composição descrita por Briquet em *A coleção brasileira de Rubens Borba de Moraes* (LEMOS, 2015, p. 372), em contribuição à Jornada de Estudos Rubens Borba de Moraes, em 2014, dá forma e sentido ao trabalho de toda uma vida dedicada à escolha de objetos impressos, ao buscar aproximar o conhecimento da história do Brasil aos atuais leitores. Mais que um homem culto, bibliófilo perfeito, o intelectual RBM demonstra o valor da seleção de documentos raros antes dispersos. Para isso, institui critérios e práticas de preservação, interpreta diferentes textos e destaca assuntos que podem ser lidos de forma a encadear as ideias com o tempo. Do conjunto bibliográfico é possível desvelar o olhar do outro, revelar o viver em terras estranhas, retirar do particular e do todo dados e fatos de natureza antropológica, etnográfica, geográfica, econômica e cultural. O exemplo é a coleção de relatos de viajantes, cientistas e comerciantes que armazenam informações, retratando o Brasil em diferentes períodos. São registros singulares reproduzidos desde o achamento das terras exóticas. Fontes originais de referência, que formam preciosa base documental a dar conhecimento das terras de além-mar. Para retirar do passado o esquecido, Rubens Borba de Moraes planejou, organizou e editou em conjunto com William Berrien, o *Manual bibliográfico de estudos brasileiros* (1949) depois ampliado como *Bibliographia brasileira, a bibliographical essay on rare books about Brazil*. (1958-1959).

Dos livros que compõem a sua biblioteca, cuidadosamente encadernada e organizada, podem ser encontradas as referências compiladas para a *Bibliografia brasileira do período colonial* (1969), depois incorporada à segunda edição da *Bibliographia Brasiliana*. Em *O bibliófilo aprendiz* (ed. 1965, 1998, 2005) apresenta e documenta boas razões para ser colecionador de livros raros. A coleção RBM é um incentivo à pesquisa junto à magnífica *Biblioteca de José e Guita Mindlin* acolhida na Universidade de São Paulo.

3 CONCLUSÃO

De bibliotecas e biblioteconomias guardam e revelam notáveis percursos histórico-socioculturais dessas instituições. O autor propõe ao leitor um dos inúmeros desafios: refletir sobre a formação e o futuro dos bibliotecários. Ainda, convida a rever, recuperar e analisar as características, as dimensões, as condições de funcionamento das bibliotecas do passado,

para então, revisar, repensar, deduzir, avaliar e projetar fundamentos e tendências dos modos futuros da ciência da informação. A demarcação no tempo indica que esses espaços socioculturais podem concorrer com a avalanche de informações postas em circuito aberto ou fechado e acompanhar as transformações tecnocientíficas disponíveis no mundo virtual. Para isso, é preciso levar em conta os meios de comunicação impressos e eletrônicos, a intercomunicação verbal, os destinatários dos serviços, os usuários dos acervos, as diferenciações culturais, o compartilhamento com disciplinas afins e, perguntar sempre: o que diz ou o que pensa a sociedade sobre o valor e o uso de bibliotecas ou dos repositórios? As respostas permitirão melhor demarcar, redefinir e instaurar propostas para os serviços desses espaços de reunião, circulação e apropriação da informação. De muitas formas, há caminhos a serem observados, palmilhados, analisados, desbravados ou fortalecidos nesses ambientes encantados destinados à multiplicação do conhecimento de crianças, jovens e adultos.

Artigo recebido em 28/06/2016 e aceito para publicação em 10/09/2016

LIBRARIES AND BIBLIOTECONOMIAS: COURSES

ABSTRACT *Analyses the work From Libraries and Biblioteconomias: courses where the places are indicated, the forms, the sense of the data and facts that, in time and space, configure the memory of the small or large library science events in Brazil since the nineteenth century. They are texts where Antonio Agenor Briquet de Lemos highlights the historical conditions and socio-cultural assumptions governing the formation and responsibilities of librarians, given the changes in the electronic world, which require the healthcare professional and institutional attention to the information science, seeking the means of preservation and dissemination of information.*

Keywords: *Information Science. Information society. Epistemology of information Science.*

REFERÊNCIAS

- ASHEIM, L. Ortega revisited. **Library Quarterly**, v. 52, n. 3, p. 215-226, jul. 1982.
- BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- BURY, R. de. **Philobiblon**, mui interessante tratado sobre o amor aos livros. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. p. 28, 29, 37.
- CABRAL, M. Luísa. Memória, patrimônio e identidade: a responsabilidade das bibliotecas. **Páginas a & b, arquivos & bibliotecas**, Lisboa, S. 2, 3, p. 7-27, 2009.
- CALVINO, Í. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAPURRO, R. Perspectivas de uma cultura digital em Latinoamerica. **DataGramZero, Revista de Ciência da Informação**. v. 3, n. 2, abr. 2002, 14 p. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr02/Art_01.htm>
- CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. p. 76.
- ECO, U. **A memória vegetal e outros escritos sobre bibliofilia**. Trad. Joana Angélica D'Ávila Melo. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2014.
- FONSECA, E. N. da. **Vão-se os dias e eu fico: memórias e evocações**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 76.
- LEMONS, A. A. Briquet de. De bibliotecas. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Ação programada em ciência e tecnologia; informação em ciência e tecnologia**. Brasília, 1984. 69 p.
- _____. **De bibliotecas e biblioteconomias: percursos**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2015. 394 p.
- McKENZIE, D. F. **Bibliography and the sociology of texts**. Cambridge: University Press, 1999.
- ORTEGA Y GASSET, J. **Misión del bibliotecario y otros ensayos afines**. 2. ed. Madrid: Ed. Revista de Occidente, 1967. p. 91.
- VERRI, G. M. W. **Templários da ausência em bibliotecas populares**. Recife: EDUFPE, 2010.
- _____. **Viajantes franceses no Brasil, bibliografia**. Recife: EDUFPE, 1994.